

Letícia Pereira Louzeiro

Universidade Federal do Delta
do Parnaíba – UFDPAR

E-mail:

letypereiralouzeiro@gmail.com

Carla Fernanda de Lima

Universidade Federal do Delta
do Parnaíba – UFDPAR

E-mail:

carlafernandadelima@gmail.com



Este trabalho está licenciado sob
uma licença [Creative Commons
Attribution 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Copyright (©):

Aos autores pertence o direito
exclusivo de utilização ou
reprodução

ISSN: 2175-8689

Marcadores das africanidades nas concepções de nascimento, vida e morte de pessoas negras no interior do Piauí

*Markers of Africanities in the conceptions
of birth, life and death of black people in
the interior of Piauí*

*Marcadores de africanidades en las
concepciones del nacimiento, la vida y la
muerte de los negros en el interior de
Piauí*

Fernanda de Lima, C., & Pereira Louzeiro, L. Marcadores das africanidades nas concepções de nascimento vida e morte de pessoas negras no interior do Piauí. *Revista Eco-Pós*, 28(2), 645–669. <https://doi.org/10.29146/eco-ps.v28i2.28324>

RESUMO

Esta pesquisa investiga os marcadores das africanidades nas concepções de nascimento, vida e morte entre pessoas negras em Corrente, interior do Piauí. Inspirada na *Escrevivência* de Conceição Evaristo, a abordagem revela como experiências individuais refletem vivências coletivas. Observa-se a perda de referências africanas e a dificuldade da comunidade em reconhecê-las como parte de sua ancestralidade. No entanto, as religiões afro-brasileiras e de matriz africana emergem como guardiãs dessas concepções, oferecendo caminhos de reconexão identitária e saúde mental. A pesquisa contrapõe a visão ocidental da morte e aponta para a resistência e esperança presentes nas raízes africanas do povo negro piauiense.

PALAVRAS-CHAVE: *Escrevivência; Pertencimento; Nascimento-Vida-Morte; Saúde da População Negra.*

ABSTRACT

This research investigates markers of African heritage in the conceptions of birth, life, and death among Black people in Corrente, a town in the interior of Piauí, Brazil. Inspired by Conceição Evaristo's concept of *Escrevivência*, the study reveals how individual experiences reflect collective memories. It observes the gradual loss of African references and the community's difficulty in recognizing them as part of their ancestry. Nevertheless, Afro-Brazilian and African-rooted religions emerge as guardians of these conceptions, offering paths to identity reconnection and mental well-being. The research contrasts Western views of death and highlights the resilience and hope found in the African roots of Black communities in the Piauí hinterland.

Keywords: Writing; Belonging; Birth-Life-Death; Health of the Black Population.

RESUMEN

Esta investigación analiza los marcadores de africanidad en las concepciones de nacimiento, vida y muerte entre personas negras en Corrente, una localidad del interior de Piauí, Brasil. Inspirada en el concepto de *Escrevivência* de Conceição Evaristo, la investigación revela cómo las experiencias individuales reflejan memorias colectivas. Se observa la pérdida gradual de referencias africanas y la dificultad de la comunidad para reconocerlas como parte de su herencia. Sin embargo, las religiones afrobrasileñas y de matriz africana emergen como guardianas de estas concepciones, ofreciendo caminos de reconexión identitaria y bienestar mental. El estudio contrasta la visión occidental de la muerte y destaca la resiliencia y esperanza presentes en las raíces africanas de las comunidades negras del sertón piauiense.

PALABRAS CLAVE: *Escritura; Pertenencia; Nacimiento-Vida-Muerte; Salud de la población negra.*

Submetido em 01 de julho de 2024.

Aceito em 30 de janeiro de 2025.

Introdução

A histórica massificação das mortes de pessoas negras — intensificada durante a pandemia da Covid-19 e compreendida como expressão da necropolítica (Caponi, 2021) — foi o ponto de partida para uma série de questionamentos que emergiram em mim. Essas inquietações diziam respeito tanto às perdas vividas no contexto pandêmico quanto às que ocorreram anteriormente, revelando um padrão de violência e apagamento. Em busca de respostas para essas reflexões, voltei-me a referências que abordam a morte sob diferentes perspectivas, na tentativa de encontrar caminhos que iluminassem minhas indagações e me ajudassem a compreender os sentidos atribuídos à finitude no universo das africanidades.

De acordo com Kilomba (2020) o espaço acadêmico não é um local neutro, mas um espaço historicamente branco que tem desenvolvido discursos sobre pessoas brancas e para pessoas brancas, colocando as pessoas negras sempre à margem e como objetos de seus discursos. Segundo a autora, não é que tenha sido falta de resistência ou que não tenhamos falado, é que no sistema racista há a desconsideração do conhecimento produzido por pessoas negras, quando não é tratado como inválido, é visto como não científico, ou seja, mais uma forma de nos silenciar e nos apagar e como diz o provérbio africano: *Até que os leões tenham suas histórias, os contos de caça glorificarão sempre o caçador.*

Seguindo tal perspectiva, a escritora brasileira Evaristo (2020) ao cunhar o termo da escrevivência busca uma quebra com esses padrões universalizantes e coloniais na literatura, retratando em suas obras tanto suas vivências como mulher negra, como também da realidade e memória afrodescendente. A escrevivência nasce então da necessidade de falar sobre pessoas negras e para pessoas negras, partindo do princípio de utilizar o vocabulário escrito, ou seja, as letras, sem esquecer da oralidade, que para o povo nagô, por exemplo, apresenta-se como um instrumento que está a serviço da estrutura dinâmica de seu sistema (Santos, 1976).

Essa escrita sobre nós, traz em seu bojo um lugar onde são “expressas marcas do pertencimento sociocultural, além de favorecer a abertura de espaços onde vozes negligenciadas tornam-se audíveis” (Bispo, Lopes, 2018, p. 199). Permanecer em um caminho onde as principais bibliografias versam apenas sobre lugares, pessoas e vivências privilegiadas tanto no aspecto racial, como econômico, social, histórico, cultural, religioso e político, falando sobre e a partir dessas perspectivas, além de perpetuar e legitimar papéis de dominação,

exclusão e violência, continuaria também sem respostas que dialogam com a realidade de 57% da população brasileira, composta por pessoas negras (IBGE, 2019).

Diante desse cenário, proponho, por meio deste estudo, compreender as concepções de morte, nascimento e vida entre pessoas negras. Para isso, torna-se essencial realizar um movimento *sankofa*. Conforme explica Noguera (2019), *sankofa* é uma palavra da língua *twi* que significa *voltar e buscar o que ficou para trás*, cuja epígrafe expressa: *nunca é tarde para voltar atrás e apanhar algo que ficou para trás* (Noguera, 2019; Oliveira, 2016). Esse gesto simbólico exige revisitar séculos passados, reencontrar culturas, filosofias e epistemologias de povos africanos e afro-brasileiros, com o intuito de compreender as concepções atuais no contexto afrodiaspórico. Trata-se de um movimento de reorientação — ou melhor, de *reORlentação* — que nos permite caminhar rumo ao futuro com os pés firmes nas raízes ancestrais.

Ao longo desta busca, fui traçando apontamentos a partir de memórias, vivências, suleamentos e encaminhamentos meus, da minha família, do contexto da minha cidade, das leituras que venho realizando e, sobretudo, da escuta sensível da minha orientadora de travessia, que tem desempenhado um papel fundamental nesta jornada. Nesse percurso, percebi que as concepções de vida e morte do sujeito ocidental estão profundamente enraizadas em uma sociedade individualizante e competitiva, moldada pelo capitalismo — herança direta da colonização e do eurocentrismo.

A partir dessa perspectiva embranquecida e ocidental, as histórias de vida são narradas linearmente, com começo, meio e fim, o que contribui para escolhas impulsivas e inconsequentes. Nesse modelo, a morte é concebida como um encerramento absoluto, autorizando uma lógica de consumo e descarte que se estende à própria existência humana. É essa visão que sustenta o olhar de medo que lançamos sobre a morte, como aponta Sodré (2017), e que nos distancia de outras formas de compreender a finitude — formas que podem, inclusive, devolver sentido, coletividade e ancestralidade à vida.

O embranquecimento da concepção de morte e a tentativa de apagamento da perspectiva africana e negra sobre a concepção de vida e consequentemente de nascimento e morte se deve em grande parte ao genocídio que o racismo nos submeteu. De acordo Almeida (2019), em um mundo onde a raça define a vida e morte, é preciso a tomar, também, como

elemento analisador de questões contemporâneas, a fim de possibilitar um compromisso científico e social. Segundo o autor, o racismo autoriza a extrema violência a que a população negra brasileira é submetida e tem como definição o seu caráter sistêmico. Sendo assim, trata-se de um “processo em que condições de subalternidade e de privilégio que se distribuem entre grupos raciais se reproduzem nos âmbitos da política, da economia e das relações cotidianas” (Almeida, 2019, p. 73).

Marcadores das africanidades, segundo Petit (2016), são influências africanas no Brasil, são marcas afro que atravessam o nosso sistema cultural e nos conectam com o legado africano. Esse conceito surgiu a partir da sistematização de estudos e intervenções, além das próprias experiências e análises da autora. Dessa forma, foi realizado o levantamento de 30 (trinta) temáticas que evidenciam as africanidades presentes em nosso contexto, atravessando e constituindo os alicerces da nossa cultura. Esses temas revelam como os saberes, práticas e memórias de matriz africana seguem vivos, mesmo que muitas vezes invisibilizados, e contribuem para a construção identitária e coletiva das comunidades negras no interior do Brasil.

Os marcadores das africanidades podem ser identificados em territórios específicos, revelados pela tradição oral como espaços de conexão direta com as heranças culturais africanas. Esses territórios, majoritariamente negros e resistentes desde os tempos da colonização, guardam em suas práticas cotidianas traços profundos da ancestralidade africana. São perceptíveis ali os marcadores raciais inscritos na história, na cultura, na religiosidade, na formação familiar, nos rituais de nascimento, vida e morte, na sexualidade, na classe social, entre outros aspectos que se entrelaçam no seio da comunidade e da família, sendo transmitidos de geração em geração (Santos, 1976).

Durante minha trajetória escolar, o chamado *bullying* funcionava como uma máscara para violências mais profundas — de cunho racial, de classe e de gênero — que atravessavam meu cotidiano desde os primeiros anos de ensino. Em muitos momentos, sentia-me só naquele ambiente, chorando escondida por não me sentir aceita, acolhida ou pertencente àquele espaço. Hoje, reconheço que os reflexos dessas violências, muitas vezes disfarçadas sob o rótulo de *bullying*, ainda reverberam em minha autoestima. Eles se manifestam não apenas em questões estéticas, mas também na sensação de não pertencimento social, na fragilidade do

senso de coletividade, nas crenças de incapacidade e na forma como compreendo o amor — marcas que seguem presentes em minha subjetividade e moldam meu modo de estar no mundo.

As violências do racismo são, em muitos casos, letais para pessoas negras, especialmente quando são alvo das políticas públicas vigentes que, sob a lógica necropolítica, determinam quem deve viver e quem deve morrer dentro da população (Almeida, 2019; Mbembe, 2016). Nesse jogo cruel, os corpos negros são os que mais tombam.

Para construir estratégias de cuidado, enfrentamento e resistência diante da realidade da diáspora e do brutalismo, é fundamental compreender como nossos ancestrais lidavam com as concepções de vida, nascimento e morte, e como esses aspectos se entrelaçavam ao cotidiano. No contexto desta escrivência, situada em Corrente, Piauí, Brasil, essa retomada se torna ainda mais urgente, pois é a partir dela que podemos reorientar nossos passos e fortalecer os vínculos com nossas raízes.

Sendo assim, é fundamental considerar que a concepção africana de morte difere significativamente da lógica ocidental, oferecendo uma perspectiva que pode ser mobilizada no campo da saúde mental por pessoas negras em diáspora que vivenciam o luto. Neste trabalho, utilizo o termo *luto* para representar a forma como a sociedade ocidental compreende e lida com a morte — como um processo composto por fases que, dependendo dos critérios clínicos adotados, podem ser consideradas patológicas.

Na lógica ocidental, a morte é frequentemente evitada, pois remete à ideia de fim absoluto. Essa aversão dificulta a elaboração simbólica da finitude, que passa a ser associada ao sofrimento, à injustiça e ao inesperado. Nesse contexto, a morte é concebida como fracasso — como o insucesso da vida — alimentando uma busca incessante por seu adiamento e pela negação de sua inevitabilidade (Machado *et al.*, 2016).

Em contraste, as cosmologias africanas compreendem a morte como parte integrante do ciclo da existência. Nessa perspectiva, o luto não é apenas dor, mas também reconexão com os ancestrais, continuidade espiritual e reafirmação de pertencimento. Essa visão permite outras formas de lidar com a perda, ressignificando a dor e promovendo cuidado, acolhimento e saúde emocional no contexto da diáspora negra.

Em contraponto à percepção ocidental da morte, a perspectiva da Ikupolítica — conforme apresentada por Wanderson Flor do Nascimento (2020) — oferece uma leitura ancestral e coletiva, enraizada em tradições africanas como o candomblé. Nessa visão, as mortes de pessoas negras e o modo como o luto é vivenciado sob a lógica ocidental contribuem para o enfraquecimento contínuo da população negra. Ao desconsiderar os vínculos ancestrais, espirituais e comunitários que envolvem a morte nas cosmologias africanas, o modelo ocidental de luto reforça o apagamento e a vulnerabilidade dos corpos negros, perpetuando um ciclo de dor e silenciamento que atravessa gerações.

Segundo Nascimento (2020), o termo *Iku* expressa a forma como a morte é compreendida na tradição iorubá, sendo *Iku* o orixá responsável por nos desvincular do corpo físico. Ao nos tocar, ele rompe a ligação corpórea, permitindo que sigamos dentro da comunidade como ancestrais. Nessa perspectiva, a morte não representa uma ruptura com o coletivo, mas sim uma transformação de estado. Como afirma o autor: “Portanto, a morte não é entendida como um processo que rompe a pertença à comunidade. Ela a transforma. Passamos da condição de vivo, à condição de ancestrais mortos-viventes que pertencem à comunidade” (Nascimento, 2020, p. 30).

Essa concepção ressignifica a finitude, integrando-a ao ciclo da existência e reafirmando o pertencimento à coletividade, mesmo após a passagem. Trata-se de uma lógica que fortalece vínculos, sustenta a memória e oferece caminhos de cuidado e reconexão para os que permanecem.

Assim, a partir dessa concepção de morte advinda da espiritualidade africana, o morrer deixa de ser algo temido. Não representa desaparecimento, nem ruptura definitiva dos laços comunitários, tampouco é associado à manifestação de algum mal. Ao contrário, remete a um processo respeitado, vivido como celebração de uma vida plena, onde as raízes permanecem vivas e carregadas de potência. A morte, nesse contexto, é passagem e continuidade — uma transformação que reafirma o pertencimento à comunidade e à ancestralidade.

Destarte, torna-se essencial observar os marcadores das africanidades que resistem à colonização (Petit, 2015) e que se manifestam nas concepções de nascimento, vida e morte no

contexto brasileiro. Reconhecer e fortalecer esses marcadores é um gesto político e epistemológico que visa combater as tentativas de apagamento das potências do pensamento africano, oferecendo novos sentidos às ideias de existência impostas pelo Ocidente às pessoas negras em diáspora.

Diante disso, esta pesquisa se orienta pela seguinte questão-problema: *Como a retomada do pensar africano sobre nascimento, vida e morte pode contribuir para a produção de saúde mental entre pessoas negras em diáspora?*

Para tanto, este estudo abordará de forma abrangente as percepções de mundo oriundas das cosmologias africanas, com foco nas concepções de nascimento, vida e morte. Em seguida, serão analisados os marcadores das africanidades que se manifestam nas vivências, experiências e cotidianos de pessoas negras em diáspora, especialmente no território de um município piauiense. Paralelamente, serão discutidas questões relativas à minha trajetória enquanto mulher negra, trazendo à tona experiências pessoais vividas nessa cidade do interior do Piauí, onde é possível identificar, em minha própria história, os traços e potências das africanidades que resistem e se reinventam.

2 Metodologia

A proposta da presente pesquisa é ter a Escrivivência como uma ferramenta metodológica que consiste em relatar histórias que são ao mesmo tempo particulares e sociais, pois retratam experiências coletivas, na medida “em que se compreende existir um comum constituinte entre autora e protagonista, quer seja por características compartilhadas através de marcadores sociais, quer seja pela experiência vivenciada, ainda que de posições distintas” (Soares; Machado, 2017, p. 206).

Os/as participantes deste estudo foram pessoas negras (pretas e pardas), com idade acima de 18 anos, de ambos os sexos, residentes no município de Corrente, situada na região sul do estado do Piauí. Cidade natal da autora desta pesquisa, que reconhece nesse território um espaço fértil para o estabelecimento de vínculos e relações de confiança com a comunidade, possibilitando descobertas autênticas e singulares ao longo do processo investigativo.

Essa proximidade afetiva e territorial corrobora o que apontam Santorum e Matias (2018) sobre a observação participante: a afinação de vínculos e a facilitação dos processos de

pesquisa são elementos fundamentais para a construção de um estudo sensível, ético e comprometido com as realidades locais.

Ademais, conforme Kilomba (2020), a pesquisa entre iguais — isto é, realizada por uma mulher negra com pessoas negras — permite romper com a hierarquização tradicional entre pesquisadora e participantes. Essa abordagem promove igualdade social, envolvimento genuíno com a problemática e compartilhamento de experiências vividas. Para a autora, esse modelo de pesquisa rejeita o distanciamento metodológico convencional, valorizando a implicação da pesquisadora por fazer parte do grupo investigado. Ao fugir dos métodos tradicionais, essa perspectiva produz uma base epistemológica rica, potente e profundamente enraizada na vivência coletiva.

Para o levantamento das informações deste estudo, utilizou-se o diário de escrevivência como instrumento de coleta de dados, o que possibilitou não apenas o acompanhamento, mas também a participação ativa no desenvolvimento da pesquisa. Considerando que memória, hábitos e inserção no cotidiano são dimensões constitutivas da investigação, o diário revelou-se uma ferramenta potente para registrar experiências, reflexões e afetos. Assim, tornou-se possível evidenciar aspectos da implicação das escrevíveis no contexto estudado, conforme apontam Silveira, Gavillon e Ramm (2020), ao destacar o papel do diário como recurso que favorece o envolvimento sensível e situado da pesquisadora com o campo.

Dessa forma, o diário de escrevivência, enquanto registro metodológico da pesquisa — especialmente em articulação com a observação participante — possibilitou o atravessamento do campo de estudo, acompanhando seus movimentos, criações e dinâmicas, distanciando-se de enquadres rígidos e previamente definidos no fazer investigativo (Nascimento; Lemos, 2020). Além disso, o diário favoreceu o diálogo entre narrativas, vivências e experiências mobilizadas ao longo da pesquisa, constituindo-se como um espaço legítimo para o registro de afecções, apontamentos e reflexões profundas sobre os temas abordados, revelando a implicação da pesquisadora e a potência da escuta sensível no contexto da escrevivência.

Outra estratégia adotada neste estudo foi a observação participante, compreendida como um processo no qual a pesquisadora se insere de forma ativa e atenta no campo de investigação, exigindo constante reflexão sobre os fenômenos observados. Ao dar continuidade

a essa abordagem, a escrevivente — que também é participante — mergulha no cotidiano da comunidade, sendo orientada a compartilhar seus papéis, hábitos e expressões culturais. Essa imersão favorece a construção de um contexto propício à observação sensível e situada, conforme apontam Mónico *et al.* (2017), Santorum e Matias (2018), permitindo que os vínculos estabelecidos no campo potencializem a escuta, o registro e a compreensão das dinâmicas sociais vivenciadas.

A coleta de dados também se deu por meio de momentos em rodas de conversa, realizadas com o propósito de fomentar e compartilhar diálogos sobre concepções, vivências e práticas relacionadas ao tema proposto. Esses encontros coletivos permitiram a construção de um espaço horizontal de escuta e troca, onde foram utilizados temas disparadores que incentivaram a participação ativa, a discussão crítica e o compartilhamento de experiências e narrativas. O dispositivo da roda de conversa, conforme apontam Moura e Lima (2014), viabilizou o desenvolvimento de reflexões profundas, fortalecendo o vínculo entre pesquisadora e participantes e ampliando a compreensão sobre os marcadores das africanidades no cotidiano da comunidade.

A roda de conversa também se revelou um espaço fértil para o trabalho com perspectivas africanas sobre nascimento, vida e morte. Por meio dos diálogos estabelecidos, foi possível levantar dados sobre as roupagens simbólicas e discursivas construídas ao longo do tempo em torno dessas concepções. A partir dos questionamentos trazidos pelos participantes, emergiu a possibilidade de resgatar saberes ancestrais e refletir sobre como essas perspectivas africanas se articulam e se constroem no campo da saúde mental, oferecendo caminhos de cuidado, pertencimento e resistência para pessoas negras em diáspora.

Foi ao longo da caminhada que os conteúdos foram se revelando, e assim se constituiu a Escrevivência — conceito cunhado por Evaristo desde 1995 — como prática de escrita que emerge das experiências e vivências de mulheres negras. Pensada por Evaristo (2020) como uma potência de emissão de vozes historicamente escravizadas, violentadas e silenciadas, a Escrevivência transcende a simples apropriação da letra e da escrita. Para a autora, a relação entre escrever e viver é, sobretudo, uma forma de denunciar e evidenciar as múltiplas violências impostas à população negra, transformando a narrativa em instrumento de resistência, memória e afirmação identitária.

A Escrivência parte do princípio de utilizar o vocabulário escrito — as letras — sem negligenciar a oralidade, que, para o povo nagô, constitui um instrumento essencial à dinâmica de seu sistema cultural. A oralidade é constantemente acionada como meio de comunicação, sendo cada palavra proferida única: ela nasce, cumpre sua função e desaparece. Nesse sentido, a expressão oral renasce continuamente, sendo fruto da interação entre os níveis individual e social do ser.

Na concepção nagô, a palavra comunica de boca a orelha a experiência de uma geração à outra, transmitindo o conhecimento concentrado dos antepassados às gerações do presente. Esse movimento de fala e escuta traz à tona a ancestralidade da pessoa brasileira de origem africana, fortalecendo vínculos identitários e epistemológicos (Evaristo, 2020; Santos, 1976).

3 Resultados e Discussão

O que é um objeto? O que fazemos com um objeto? Qual o tratamento reservado àquilo que é considerado um objeto? Qual o lugar dos *objetos* na comunidade correntina? E o que esses chamados *objetos* concebem sobre nascimento, vida e morte? Essas foram algumas das perguntas que me atravessaram e me impulsionaram na busca por respostas ao longo deste estudo.

Objeto é o nome violento e desumanizador atribuído a pessoas negras descendentes de uma mesma família vulnerabilizada na minha cidade natal, Corrente (PI). Essa nomeação revela não apenas uma prática de exclusão, mas uma estrutura de desumanização que transforma sujeitos em coisas, negando-lhes a dignidade, a história e a ancestralidade. Ao investigar essas concepções, busquei compreender como essas pessoas — marcadas por esse rótulo — elaboram sentidos sobre a vida, o nascimento e a morte, e como resistem, mesmo sob o peso de uma linguagem que tenta apagá-las.

Começo a recordar alguns fatos sobre o município de Corrente, minha cidade natal, da qual parti há sete anos para cursar a graduação em Psicologia, na cidade de Parnaíba, localizada no litoral do Piauí. Corrente é um município brasileiro situado no extremo sul do estado, fundado em 1872. Atualmente, conta com aproximadamente 26.000 habitantes, sendo que quase metade da população reside na zona rural. A economia local é predominantemente

baseada na agropecuária, o que influencia diretamente as dinâmicas sociais e culturais da região (IBGE, 2022).

A Escrivência, conceito cunhado por Conceição Evaristo, é utilizada como ferramenta metodológica neste estudo para narrar experiências que são simultaneamente individuais e coletivas. Ela articula escrita e oralidade, valorizando a memória e os saberes ancestrais, especialmente da tradição nagô, onde a palavra falada transmite conhecimento entre gerações. No contexto de Corrente (PI), cidade natal da autora, a pesquisa se desenvolve por meio de observação participante, diário de escrivência e rodas de conversa, com pessoas negras da comunidade. A investigação busca compreender como as concepções africanas de nascimento, vida e morte — em contraste com a lógica ocidental — podem contribuir para a saúde mental de pessoas negras em diáspora. A pesquisa também denuncia práticas de desumanização, como o uso do termo *objeto* para nomear famílias negras vulnerabilizadas, e propõe o resgate de africanidades como forma de resistência e cuidado.

As desigualdades sociais, raciais, de gênero e econômicas que atravessam o município de Corrente — assim como grande parte do estado do Piauí e do Brasil — são profundas e visíveis em seu espaço físico, histórico e social. Essas disparidades se manifestam em múltiplas formas de vulnerabilidade, desde pessoas em situação de rua ou em insegurança alimentar, até aquelas que enfrentam diversas violações de direitos fundamentais. Trata-se de um cenário marcado por exclusões estruturais que revelam a persistência de um modelo social desigual, cujas raízes estão fincadas na colonização, no racismo estrutural e na negligência das políticas públicas.

Como tentativa de mitigar algumas das desigualdades habitacionais presentes no município, em 2019 foram entregues cinquenta unidades habitacionais destinadas a pessoas em situação de rua, por meio do programa social *Minha Casa, Minha Vida*. Essa iniciativa, criada pelo governo federal em 2009, tem como objetivo combater o déficit habitacional no Brasil, oferecendo subsídios e taxas de juros reduzidas para facilitar o acesso à moradia popular. Para famílias que recebem o Benefício de Prestação Continuada (BPC) ou são participantes do programa Bolsa Família, o imóvel é concedido de forma totalmente gratuita, sem cobrança de prestações (Ministério das Cidades, 2023).

Em 2013, iniciaram-se as obras de cinquenta casas populares em Corrente, destinadas a pessoas em situação de rua. Após paralisações e denúncias populares, as unidades foram entregues entre 2018 e 2019, por meio do programa federal *Minha Casa, Minha Vida*. Entre os beneficiários estavam os descendentes do senhor Raimundo, que viviam em um ginásio público e tinham como fonte de renda a coleta de materiais recicláveis. Após a entrega, alguns venderam os imóveis e retornaram à situação anterior, enquanto outros permanecem nas casas. O episódio revela os desafios estruturais das políticas habitacionais e as complexidades sociais que atravessam populações vulnerabilizadas.

O território das casas populares em Corrente, localiza-se a cerca de 3 km da zona urbana, após um bairro planejado para abrigar órgãos públicos e residências de padrão elevado, majoritariamente ocupadas por pessoas brancas e com melhores condições financeiras. Esse bairro dispõe de infraestrutura completa — como saneamento, iluminação, escolas, UBS e espaços públicos — em contraste com a realidade das *casinhas*, como são chamadas as unidades habitacionais populares. Essa disparidade evidencia uma contradição latente: em um território pequeno, convivem realidades profundamente desiguais, ambas sob a mesma gestão pública, revelando formas de opressão física e subjetiva que afetam diretamente a população vulnerabilizada.

O conjunto habitacional é composto por 50 (cinquenta) casas distribuídas em cinco quarteirões, cada uma com dois quartos, sala, cozinha e banheiro. Apesar da estrutura básica, o território carece de saneamento, pavimentação e serviços públicos essenciais. A iluminação e a rede de água foram inicialmente instaladas pelos próprios moradores, sendo posteriormente regularizadas pela empresa responsável. Não há coleta de lixo regular nem cobertura da atenção primária à saúde. Além da família do senhor Raimundo, outras famílias — majoritariamente negras e em situação de vulnerabilidade — também residem no local, evidenciando a precariedade e o abandono institucional que marcam esse espaço.

Segundo David (2020) a segregação espacial por raça/cor que provoca exclusão e morte, vem reproduzindo alguns formatos do regime escravocrata brasileiro, que não impede só a população negra/africana de gozar dos direitos da cidadania, mas a desumaniza, barrando até a livre circulação. A realidade das pessoas moradoras da comunidade *das casinhas*, como a população se refere ao local, vivencia tanto a segregação espacial apontada por autor (2020),

quanto a proibição de possuir direitos fundamentais, pelo fato de serem pessoas negras, de baixa renda e serem estigmatizadas como *invasoras* das casas, ou seja, ainda são invalidadas e descredibilizadas no que se refere ao pertencimento do local, apesar do imóvel estar regularizado.

Durante minhas visitas ao local, percebi uma realidade distinta daquela descrita por uma funcionária da Unidade Básica de Saúde (UBS), que classificou o espaço como violento e alegou que a população se recusava a ser assistida pelas políticas públicas. Ao contrário, os/as moradores/as demonstram abertura e interesse por ações que atendam às suas demandas. Muitos reconhecem a invisibilidade que enfrentam e evitam buscar serviços por medo de racismo ou retaliações, recorrendo a eles apenas em situações extremas. Questionam os estigmas atribuídos ao território — frequentemente chamado de *casinhas* e associado injustamente à criminalidade — e denunciam a distância entre os rótulos impostos e a realidade vivida.

Durante minhas visitas à comunidade das *casinhas*, fui bem acolhida e percebi uma realidade distinta da visão institucional que a classifica como violenta e resistente às políticas públicas. Os moradores demonstram interesse por ações que atendam suas necessidades, mas evitam buscar serviços por medo de racismo e retaliações. Em um dos momentos, soube que ao menos três mulheres estão grávidas sem acompanhamento pré-natal, e duas crianças apresentam sequelas por falta de assistência no parto — evidências concretas da política de morte do Estado, como aponta Mbembe (2018), e da negligência que atravessa corpos negros e periféricos.

Moradores da comunidade relatam que nascimentos e mortes no território não recebem qualquer tipo de assistência ou registro, a menos que busquem ativamente por esses serviços. Em casos recentes de parto, foi necessário acionar o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu) para deslocamento até outro município, já que Corrente não dispõe de estrutura adequada para garantir um parto seguro. Essa ausência de suporte coloca em risco a vida de gestantes e recém-nascidos, evidenciando a negligência do poder público frente às populações vulnerabilizadas.

Em 2020, Correnteregistrou uma taxa de mortalidade infantil de 12,96 óbitos por mil nascidos vivos, acima da média nacional (IBGE, 2020). Esse dado evidencia a coexistência de

vida e morte em contextos de vulnerabilidade, onde a ausência de suporte básico compromete o desenvolvimento saudável e a qualidade de vida de gestantes e recém-nascidos desde o início do ciclo vital.

Nesse contexto, mães negras vivenciam a dororidade — conceito de Piedade (2019) — como expressão coletiva das dores e afetações causadas pela negligência e silenciamento histórico. Embora lamentem a ausência de escuta e assistência, também revelam força e resistência diante das adversidades, mantendo viva a esperança de transformação e justiça social.

Força, resistência e esperança marcaram profundamente as falas das mulheres da comunidade, que compartilharam vivências de sobrecarga cotidiana, especialmente por serem chefes de família e trabalharem como empregadas domésticas para sustentar seus lares. Relataram a escassez de profissionais no território, as dificuldades de acesso a serviços básicos como saúde, educação, lazer e esporte, e a importância de se reunirem como coletivo para denunciar os estigmas sobre o pertencimento ao espaço e os preconceitos enfrentados diariamente. Esses relatos evidenciam não apenas a luta por sobrevivência, mas também a potência de organização e reivindicação por dignidade.

É lamentável que história de vida das mulheres negras segue marcada por dor, luta e resistência, como revelam as vivências das moradoras da comunidade em Corrente. Há mais de 500 anos, mulheres afrodiáspóricas enfrentam condições de vida difíceis, exaustivas e violentas, como aponta Evaristo (2020). Piedade (2019) nomeia esse sofrimento coletivo como dororidade — uma dor preta, silenciada, atravessada pelo racismo, mas também carregada de força e possibilidade de existência. Essas mulheres resistem, esperançam e seguem criando caminhos de vida, apesar do descaso histórico. “A dororidade, contém as sombras, o vazio, a ausência, a fala silenciada, a dor causada pelo Racismo. E essa Dor é preta” (Piedade, 2019, p. 16).

Sendo assim, é possível constatar que nesse território, a Estratégia de Saúde da Família (ESF) não é uma referência para a população que nele vive. Segundo Azevedo e Costa (2010) o acesso direta ou indiretamente aos serviços de saúde e a garantia do direito à saúde, no âmbito das políticas públicas, deve refletir o respeito às múltiplas singularidades que compõe a demanda da população usuária e não é o que ocorre no espaço mencionado, quando existe a

expressa desumanização ocasionando a falta de assistência e viabilização do acesso, bem como a falta de garantia a saúde integral das pessoas, pelo fato de residirem naquele espaço.

Na definição de Nogueira (2020) acerca da construção de territórios majoritariamente negros, a autora afirma que territórios negros são expressões espaciais que geografam as relações raciais, ou seja, “a identidade negra se faz presente, seja pela autodeclaração daqueles que se apropriam daquele espaço, seja pela presença de marcadores culturais” (Nogueira, 2020, p. 4). Alguns moradores das casas populares se autodeclaram negros e reconhecem que enfrentam preconceito e racismo por viverem naquele território. Nesse contexto, o vínculo com o chão e com o espaço habitado, assim como os racismos que ali se manifestam, tornam-se marcadores das africanidades presentes, influenciando diretamente as experiências, identidades e formas de existência dessas pessoas.

Em resistência ao racismo e à política de morte, os moradores fizeram das casas populares seu refúgio, prevalecendo um aquilombamento urbano de pessoas negras que fugindo da violência e invisibilidade da zona mais urbanizada e privilegiada, resistem a sucumbir. Na comunidade as casas não possuem muro, apenas pequenas divisões com cercadinhos ou plantas o que ocasiona um maior contato com a vizinhança e com parentes que vivem em casas lado a lado, proporcionando uma estreita relação e permitindo às pessoas experimentar a vida não só individualmente, mas também coletivamente.

Detalhe que me faz recordar que a minha família também possui o mesmo valor de morar próximo uns dos outros e como isso é caro para nós. Segundo Petit (2015), os valores de família também são caracterizados como marcador das africanidades e me fazem lembrar que com a minha mudança para outra cidade me afastou do convívio familiar, mas o retorno, impulsionado por este estudo, revelou algo que já se anunciava no início da escrita: estou realizando um movimento sankofa. Para além dos traços físicos como lábios grossos e cabelo afro, minha conexão com a família do senhor Raimundo, moradora das *casinhas*, se dá por valores imateriais — afetos, memórias e partilhas — que são marcadores das africanidades e reafirmam a importância de viver e construir experiências junto aos meus e às minhas.

Entre os valores que emergem da convivência com a comunidade e minha família, destaca-se o de celebrar a vida. Bell hooks (2022) associa esse valor ao pertencimento, vivido por meio da liberdade de se sentir plenamente no mundo. Para a autora, o pertencimento está

ligado à autodeterminação, mas o sistema capitalista desarticulou práticas comunitárias negras, fundamentais para a dinâmica rural e para a autoestima da população negra. Na comunidade das *casinhas*, percebo que essas práticas resistem e sustentam o coletivo, especialmente quando experiências são compartilhadas e fortalecem os vínculos comunitários.

Em uma tarde de conversa com moradores, com cerca de seis, que se reúnem diariamente em frente às casas populares, ouvi relatos sobre a ocupação inicial do território. Segundo Seu José (nome fictício), em 2019, quando as obras estavam sendo finalizadas, pessoas em situação de rua ou que viviam de favor com familiares passaram a ocupar as casas — não como invasores, mas como sujeitos em busca de moradia digna. Posteriormente, a prefeitura reconheceu e regularizou a posse dos imóveis. Algumas famílias venderam suas casas, enquanto outras permanecem até hoje, construindo vínculos e histórias no território.

Seu José relata que a instalação da iluminação e da rede de água foi realizada pelos próprios moradores, em um esforço coletivo marcado pela solidariedade. Aqueles que não tinham recursos financeiros para adquirir materiais como fios e canos contribuíram com a mão de obra. Essa prática comunitária, baseada na ajuda mútua e na cooperação, permanece viva até hoje, evidenciando a força dos vínculos e a capacidade de organização da comunidade diante da ausência do poder público. “Quando um cano quebra, ajudamos a emendar logo, porque aqui não pagamos água, então se tiver alguma denúncia de desperdício eles vem e já cortam o fornecimento e todas as casas ficam sem água. Por isso, colaboramos para não haver desperdício” (José, s.d, s.p)¹.

Nesse contexto, destaca-se um importante marcador das africanidades: a valorização do coletivo como forma de existência. A vida na comunidade se desenvolve por meio de vínculos de solidariedade, onde o cuidado mútuo, a ajuda compartilhada e a cooperação são práticas cotidianas. Mais do que buscar benefícios individuais, os moradores se mobilizam em torno de ações que fortalecem o bem-estar comum, reafirmando valores ancestrais que sustentam a vida em comunidade e resistem às lógicas individualistas impostas pelo sistema dominante.

Na tentativa de me aproximar da realidade da comunidade, frequentei espaços e residências onde os moradores costumam se reunir. Observei que há uma dinâmica territorial marcada pela busca por sombra e ventilação, especialmente nos horários em que o *sol está*

¹ Seu José, 40 anos, lavrador.

mais fresco, como dizem os próprios moradores. As ruas mais sombreadas à tarde tornam-se pontos de encontro e atividade, revelando uma vivência que ultrapassa os limites físicos das casas e reforça os laços comunitários no cotidiano compartilhado.

As atividades ao ar livre nas ruas da comunidade fazem parte do cotidiano e revelam a vivência coletiva do território. Comer, beber café ou vinho, descansar em colchões ou redes na porta de casa, conversar com vizinhas e até prestar serviços como manicure ou crochê são práticas comuns. As ruas também são espaço de brincadeira para as crianças, que jogam bola, brincam de pega-pega, pique-cola, andam de bicicleta e inventam novas formas de se divertir. Esses gestos cotidianos reforçam os laços comunitários e evidenciam a rua como extensão viva do lar.

Importa ainda destacar, as atividades vividas fora das quatro paredes da casa revelam um potente marcador das africanidades: os laços de convivência e solidariedade. Conforme aponta Somé (2007), a família africana é ampla, pois suas relações se constroem no contexto comunitário, onde a vida acontece ao ar livre, em espaços compartilhados. Essa dinâmica, presente na comunidade das *casinhas*, reafirma o território como lugar de encontro, cuidado e construção coletiva da existência.

Na comunidade das *casinhas*, as relações ultrapassam o modelo de vizinhança típico do mundo ocidental capitalista e se aproximam de um espírito de comunidade, de irmandade e união. Cada pessoa apoia a outra, estando presente tanto nos momentos de alegria quanto nas dificuldades. Essa rede de cuidado mútuo revela uma forma de viver marcada pela solidariedade e pelo pertencimento coletivo, evidenciando como a vida se constrói e se desenrola naquele território.

Em uma tarde de conversa com mulheres da comunidade, fui testemunha de um gesto cotidiano que revela a solidariedade presente no território. Um jovem, conhecido por enfrentar dificuldades junto à sua família, aproximou-se em busca de uma garrafa de água gelada e alimentos perecíveis guardados na geladeira da vizinha, já que a energia de sua casa havia sido cortada por falta de pagamento. Esse episódio expressa não apenas a precariedade vivida, mas também os vínculos de cuidado e apoio mútuo que sustentam a vida na comunidade diante da ausência do Estado.

Nesse cenário, coexistem marcadores de vida e de morte. A rede de apoio entre vizinhos funciona como alicerce para a continuidade da vida, mesmo diante de limitações severas. Ao mesmo tempo, a precariedade estrutural, a ausência de políticas públicas eficazes e o retorno do país ao mapa da fome revelam condições que comprometem a expectativa de vida e moldam as experiências do morrer. A vida nesse território se sustenta na solidariedade, mas é constantemente ameaçada pela negligência institucional e pela insegurança alimentar.

A política de morte imposta pelo Estado também se manifesta na negligência educacional que atinge diretamente o território. A escola de ensino infantil mais próxima está a seis quilômetros de distância, tornando o trajeto exaustivo para crianças pequenas. O transporte escolar, destinado apenas à zona rural, não contempla a comunidade por estar formalmente inserida na zona urbana, apesar da precariedade que a distância das garantias urbanas. Essa exclusão cria barreiras concretas à permanência e à frequência escolar, comprometendo o direito à educação e perpetuando ciclos de vulnerabilidade.

Durante uma conversa sobre as concepções de morte, alguns moradores relataram que vivenciaram diversas perdas familiares após se mudarem para o território. Dona Maria (nome fictício), por exemplo, compartilhou que, após a morte de seu pai, sentia-se inquieta pensando sobre seu destino espiritual. Certo dia, teve um sonho que interpretou como uma *revelação*: o pai lhe dizia para ficar tranquila, pois estava em um bom lugar. Esse momento onírico trouxe conforto diante da dor da perda, revelando como, mesmo em contextos de vulnerabilidade, a espiritualidade e os vínculos afetivos seguem como fontes de acolhimento e sentido para lidar com o morrer.

Segundo Nascimento (2020), quando o sofrimento atravessa a vida e a morte ocorre de forma abrupta e cruel, a elaboração desse processo é profundamente afetada pelas marcas do pensamento ocidental. No entanto, quando a passagem para a morte é acompanhada do festejo de uma vida-bom, esse ritual pode se transformar em uma estratégia de cuidado e fortalecimento para a população negra. Essa perspectiva ressignifica o morrer, conectando-o a práticas ancestrais que valorizam a memória, o afeto e a dignidade, mesmo diante da dor.

Na conversa sobre morte e luto, emergiram reflexões profundas sobre como esses processos são vividos no contexto da comunidade. As pessoas destacaram que a morte possui singularidades e, muitas vezes, chega de forma inesperada, especialmente para quem não está

doente. A intensidade da dor, da saudade e da solidão foi associada ao grau de amor e amizade compartilhado com quem partiu. Também foi ressaltado que lembranças, memórias e recordações são partes constitutivas do luto, e que o apoio emocional e o suporte coletivo são fundamentais para atravessar esse momento, reafirmando a importância dos vínculos comunitários na elaboração da perda.

O pensar a partir de afroperspectivas, como define Nogueira (2012), tem transformado profundamente minha forma de me relacionar com a vida, com os outros e com os que já fizeram sua passagem. Essa virada de chave — que desafia os paradigmas da sociedade capitalista, ocidental, patriarcal e heterocisnormativa — tem reverberado não apenas em mim, Letícia, mas também na minha rede de apoio: família, ancestrais vivos e mortos, amigos, amigas, irmãos e irmãs de estudo, minha orientadora de travessia e a comunidade de Corrente. São essas pessoas que, mesmo que indiretamente, caminham comigo, colaboram e se tornam coautoras desse processo de resignificação, reconstrução e pertencimento.

Essa reflexão é potente e revela como, mesmo diante do apagamento histórico e das violências coloniais, os marcadores das africanidades seguem pulsando nos gestos, práticas e afetos cotidianos. A seguir, uma sugestão de Quadro que pode organizar esses marcadores observados ao longo da travessia:

Quadro 1 - Marcadores das africanidades encontrados no território

Nº	Marcadores de Africanidades
1	Histórias da minha linhagem
2	Mitos/lendas/o ato de contar
3	Vocabulários/formas de falar
4	Racismos (perpetrados e sofridos)
5	Relação com o chão
6	Valores de família
7	Formas de conviver/laços de solidariedade
8	Curas/ práticas de saúde
9	Histórias do meu lugar

10	Relação com os mais velhos e mais velhas
11	Cheiros da minha infância
12	Pessoas referência da minha família e pessoas referência da comunidade

Fonte: Elaborado pela Autora.

Durante o período de convivência na comunidade das casinhas, reconheci em mim os mesmos marcadores das africanidades que pulsavam nas narrativas das pessoas — mesmo atravessados por apagamentos. Por ser também uma mulher negra, compartilho experiências semelhantes nos marcadores de raça e gênero, o que me conecta afetivamente e politicamente àquele território. Tenho caminhado como Evaristo (2020), escrevendo para registrar o que tentam apagar quando falo, para reescrever as histórias mal contadas sobre mim e sobre os meus. Aqui estou: corpo, memória e palavra em movimento. Aqui estou!

Considerações finais

O caminho trilhado até aqui começou no instante em que emergiu, dentro de mim, a consciência plena de ser uma mulher negra. A partir desse despertar, pude entrelaçar minhas escrevivências com as de outras pessoas negras, reconhecendo que nossas histórias, mesmo atravessadas por apagamentos, carregam saberes ancestrais e potências de existência. Os marcadores das africanidades que encontrei ao longo dessa travessia me permitiram ressignificar concepções de nascimento, vida e morte — minhas e das pessoas com quem compartilho o território. Essa virada de chave rompe com o modelo ocidental que nos foi imposto pela escravização dos nossos e das nossas ancestrais, e abre espaço para uma forma de ver, sentir e viver que honra nossas raízes e projeta futuros possíveis.

Ao resgatar a memória e a história de pessoas negras, realizamos um gesto de continuidade da vida, mesmo após a morte. A escrevivência — e especialmente esta escrevivência — torna-se instrumento de registro de legados ancestrais, narrados a partir do nosso olhar, das nossas vivências e dos nossos corpos que experienciam o nascimento, a vida e o morrer. Ao nos despirmos do medo imposto pela sociedade ocidental, abrimos espaço para outras formas de perceber e viver, guiadas pelas afroperspectivas que nos reconectam com

nossos e nossas ancestrais, e nos permitem recontar o mundo com dignidade, afeto e resistência.

Ao resgatar a memória e a história de pessoas negras, realizamos um gesto de continuidade da vida — mesmo após a morte. Esse movimento é profundamente ancestral, pois reconhece que nossos mortos não estão ausentes, mas presentes em nossas práticas, afetos e narrativas. A escrevivência, especialmente esta, torna-se ferramenta de registro e resistência, conectando passado, presente e futuro a partir de nossas próprias lentes. Ao vivenciar e narrar as experiências do nascimento, da vida e da morte sob afroperspectivas, nos libertamos do medo imposto pela sociedade ocidental e abrimos caminhos para outras formas de existir, honrar e transformar. É nesse gesto que a vida se reconta, se fortalece e se perpetua.

As práticas culturais africanas identificadas junto aos precursores das religiões de matrizes africanas em solo correntino revelam a presença viva de saberes ancestrais que resistem ao apagamento histórico, político e social. Essas expressões culturais não apenas reafirmam identidades negras, como também funcionam como estratégias de enfrentamento ao racismo e de reconstrução da memória coletiva. Fortalecê-las e protegê-las é um gesto de cuidado com a história e com os corpos que a carregam, reconhecendo que, em Corrente (PI) e em todo o Brasil, essas marcas africanas são fundamentais para a construção de um país mais justo, plural e enraizado em suas ancestralidades.

Assim, encerro esta escrita evocando a força ancestral de Nêgo Bispo, que mesmo após sua passagem permanece vivo entre nós — referência, guia, presença. Antônio Bispo dos Santos (2015) nos lembra que, por mais que tentem apagar nossas marcas de África, por mais que o racismo cotidiano insista em nos silenciar e nos destruir, não conseguirão. Somos resistência, somos memória, somos continuidade. Esta escrevivência é também um gesto de reverência, um chamado à ancestralidade que nos sustenta e nos impulsiona. *Viva Nêgo Bispo! Sua bênção!* Que sua palavra siga ecoando em nossos passos.

Referências

ALMEIDA, Silvio. *Racismo estrutural*. São Paulo: Pólen, 2019.

ALVES, Kellynia Farias; PETIT, Sandra Haydée. Pretagogia, pertencimento afro e os marcadores das africanidades: conexões entre corpos e árvores afro ancestrais. In: *Memórias de Baobá II*. Fortaleza: Impreço, 2015.

BISPO, Ella Ferreira; LOPES, Sebastião Alves Teixeira. Escrivência: perspectiva feminina e afrodescendente na poética de Conceição Evaristo. *Revista Língua & Literatura*, v. 35, n. 20, p. 186–201, 2018.

DAVID, E. Camargo. Aquilombar a cidade: território, raça e produção de saúde em São Paulo. 2020. Disponível em: <https://portal.sescsp.org.br/files/artigo/ed1b8c90/390b/40dc/a292/10cd06de06b7.pdf>. Acesso em: 26 set. 2025.

CAPONI, Sandra. Biopolítica, necropolítica e racismo na gestão do covid-19. *Porto das Letras*, v. 7, n. 2, p. 22–43, 2021. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/portodasletras/article/view/11619>.

EVARISTO, Conceição. *Olhos d'água*. Rio de Janeiro: Pallas, 2016.

EVARISTO, Conceição. A escrivência e seus subtextos. In: DUARTE, C. L.; NUNES, I. R. (orgs.). *Escrivência: a escrita de nós – reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo*. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020. Disponível em: <https://itausocial.org.br/wp-content/uploads/2021/04/Escrivencia-A-Escrita-de-Nos-Conceicao-Evaristo.pdf#page=27>.

FLEURY, Sônia; MENEZES, Pedro. Memória como direito à cidade: Dicionário de Favelas Marielle Franco. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 35, p. 309–335, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/eh/a/TpqQWfCtDjk7ZKyKxWYVs4b/?lang=pt>.

HOOKS, bell. *Pertencimento: uma cultura do lugar*. São Paulo: Elefante, 2022.
IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimentos. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012–2019*. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18319-cor-ou-raca.html>.

KILOMBA, Grada. *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Rio de Janeiro: Cobogó, 2020.

MACHADO, R. D. S. et al. Finitude e morte na sociedade ocidental: uma reflexão com foco nos profissionais de saúde. *Cultura de los Cuidados*, v. 20, n. 45, p. 1–7, 2016. Disponível em: <https://rua.ua.es/dspace/handle/10045/57355>.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. *Arte & Ensaios*, v. 32, p. 122–151, 2016. Disponível em: <https://www.procomum.org/wp-content/uploads/2019/04/necropolitica.pdf>.

MBEMBE, Achille. *Sair da grande noite: ensaio sobre a África descolonizada*. Petrópolis: Vozes, 2019.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. *Cadernos do Ministério das Cidades*. Brasília: Governo Federal, 2023.

MÔNICO, Lisete *et al.* A observação participante enquanto metodologia de investigação qualitativa. *CIAIQ – Investigação Qualitativa em Ciências Sociais*, v. 3, p. 2–11, 2017. Disponível em: <https://www.researchgate.net/profile/Lisete-Monico/publication/318702823>.

MOURA, A. F.; LIMA, M. G. A reinvenção da roda: roda de conversa, um instrumento metodológico possível. *Revista Temas em Educação*, v. 23, n. 1, p. 95, 2014. Disponível em: <https://www.proquest.com/openview/23ac2587640666ea1799b2197c7b1f00/1?pq-origsite=gscholar&cbl=4514812>.

NASCIMENTO, Abdias. *O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado*. São Paulo: Perspectiva, 2016.

NASCIMENTO, M. L.; LEMOS, F. C. S. A pesquisa-intervenção em Psicologia: os usos do diário de campo. *Barbarói*, n. 57, p. 239–253, 2020. <https://doi.org/10.17058/barbaroi.v0i57.14675>.

NASCIMENTO, Wanderson Flor do. Da necropolítica à ikupolítica. *Revista Cult*, Rio de Janeiro, 2020.

NOGUEIRA, Ana Maria Ramos. A construção e apagamento de territórios negros. *Revista da ABPN*, v. 12, n. 34, p. 157–181, 2020. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/site/article/view/1135>.

NOGUERA, Renato. Ubuntu como modo de existir: elementos gerais para uma ética afroperspectiva. *Revista da ABPN*, v. 3, n. 6, p. 147–150, 2012. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/site/article/view/358>.

NOGUERA, Renato. Infância em afroperspectiva: articulações entre sankofa, ndaw e terrixistir. *Revista Sul-Americana de Filosofia e Educação*, n. 31, p. 53–70, 2019. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/resafe/article/view/28256>. Acesso em: 26 set. 2025.

OLIVEIRA, Ana Sueli Dias de. *Sankofa: a circulação dos provérbios africanos: oralidade, escrita, imagens e imaginários*. 2016. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade de Brasília, Brasília. Disponível em: <http://www.realp.unb.br/jspui/handle/10482/20735>.

OLIVEIRA, Everton. *Cosmovisão africana no Brasil: elementos para uma filosofia afrodescendente*. Rio de Janeiro: Ape’Ku Editora, 2021.

PETIT, Sandra Haydée. *Pretagogia: pertencimento, corpo-dança afroancestral e tradição oral*. Fortaleza: EdUECE, 2015.

PETIT, Sandra Haydée. Práticas pedagógicas para a Lei nº 10.639/2003: a criação de nova abordagem de formação na perspectiva das africanidades. *Educação em Foco*, v. 21, n. 3, p. 657–684, 2016. <https://doi.org/10.22195/2447-524620162119874>.

PETIT, Sandra Haydée. Apontamentos sobre o livro “Welcoming Spirit Home” de Sobonfu Somé: espírito, comunidade e nascimento fortalecendo a pretagogia. *Revista África e Africanidades*, v. 15, n. 44, 2022. Disponível em: <https://africaeaficanidades.com.br/documentos/06112022.pdf>.

PIEDADE, Vilma. *Dororidade*. São Paulo: Editora Nós, 2019.

SANTORUM, P. R.; MATHIAS, M. S. A etnografia e observação participante na pesquisa qualitativa. *Ensaio Pedagógico*, v. 2, n. 1, p.

SANTOS, A. B. dos. A terra dá, a terra quer. São Paulo: Ubu Editora/PISEAGRAMA, 2023.

SANTOS, J. B. F. A inserção precarizada no Ceará: do vaqueiro ao assalariado. *O Público e o Privado*, 6, 159-168, 2008. Disponível em:

<https://revistas.uece.br/index.php/opublicoeoprivado/article/view/2382>

SANTOS, J. E. D. Os nagô e a morte: Pàde, Àsèsè e o Culto Égun na Bahia. Petrópolis: Vozes, 1976.

SILVEIRA, R. F. K., Gavillon, P. Q.; Ramm, L. V. Diário de Campo e a Relação do (a) Pesquisador (a) com o Campo-Tema na Pesquisa-Intervenção. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 20(2), 464-480, 2020.

Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revispsi/article/view/52579>

SOARES, L. V., & Machado, P. S.. "Escrevivências" como ferramenta metodológica na produção de conhecimento em Psicologia Social. *Revista Psicologia Política*, 17(39), 203- 219, 2017. Disponível em:

<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7427408>

SOARES, L. V., & Machado, P. S. (2017). "Escrevivências" como ferramenta metodológica na produção de conhecimento em Psicologia Social. *Revista Psicologia Política*, 17(39), 203- 219, 2017. Disponível em:

<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7427408>.

SODRÉ, M. Pensar nagô. Petrópolis: Vozes, 2017.

SOMÉ, S. (2007). O espírito da intimidade: ensinamentos ancestrais africanos sobre maneiras de se relacionar. São Paulo: Odyseus

Letícia Pereira Louzeiro - Universidade Federal do Delta do Parnaíba – UFDPAR

Mestra em Psicologia: saúde coletiva e produção de subjetividade, Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPAR). Graduada em psicologia, Universidade Federal do Piauí (UFPI)

E-mail: letypereiralouzeiro@gmail.com

Carla Fernanda de Lima - Universidade Federal do Delta do Parnaíba – UFDPAR

Doutora em Psicologia Social, Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Mestra em Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Graduada em Psicologia, Universidade Estadual do Piauí. Professora na Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPAR).

E-mail: carlafernandadelima@gmail.com